



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**

**PARECER JURÍDICO Nº 1765/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023**

**AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS QUE FORAM  
FRUSTRADOS EM ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS E  
CRECHES MUNICIPAIS**

**I. RELATÓRIO:**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos praticados.

Importante salientar que o exame dos autos se restringe aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica; em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A presente manifestação jurídica tem por objetivo verificar o atendimento dos pressupostos processuais elencados na legislação que rege a matéria, inclusive a observância aos princípios elencados no art. 2º do Decreto nº 1.368/2020, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito municipal.

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da proibidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.*

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: Solicitação e autorização para instauração do processo licitatório, indicação de dotação orçamentária, especificação dos serviços a serem adquiridos, termo de referência, pesquisa de preços, mapa de apuração e Portaria nº 829/2022 – Nomeação de pregoeiros e equipe de apoio.

Ressalta-se que o instrumento convocatório e seus anexos foram analisados e aprovados pela Procuradoria Municipal, conforme parecer jurídico nº 1295/2023.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**

Após publicação e observância ao prazo de ancoragem, aos 27 de julho de 2023 foi iniciada a sessão pública do pregão eletrônico em epígrafe, com a presença das seguintes empresas:

- DMT COMERCIO DE PRODUTOS LTDA;
- SILENE ALVES DE LIMA SOARES;
- WCA EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA;
- CASA DO ALUMINIO LTDA;
- COMERCIAL TXV COMERCIO E SERVIÇO LTDA;
- COMERCIAL VENER LTDA;
- FAME – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL LTDA;
- BRASIL PAPERS, INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS LTDA;
- BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA;
- PALMIRA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA;
- SHIGEMOTOS & CIA LTDA;
- RENATO MARANA; e
- BR ONLINE COMERCIO VAREJISTA E VENDA DE PRODUTOS LTDA.

Recebidas as propostas, após finalizada a sessão de lances, conferência dos documentos de habilitação e análise das amostras, sagraram-se vencedoras as empresas:

- BRUNALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTAIS LTDA – Item 01;
- SILENE ALVES DE LIMA SOARES – Itens: 02, 16 e 17;
- DMT COMECIO DE PRODUTOS LTDA – Itens: 03, 04, 21 e 27;
- RENATO MARANA – Itens: 05, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 24 e 30;
- WCA EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA – Itens: 06, 07, 12, 19, 20, 22, 23, 25 26, 28, 29 e 31.

É o relatório, no necessário.

## II. MÉRITO

Tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações, que no caso tecem aplicação subsidiária, devem ser observadas as



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
***Estado de Minas Gerais***

determinações contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual nº 44.786/2008 e Decreto Municipal nº 1.368/2020.

Os processos licitatórios, em sua totalidade, necessitam estar em consonância com os princípios insculpidos no art. 3º da indigitada lei.

*"A licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. "(grifo nosso)*

O Decreto Municipal de nº 1.368/2020 que regulamenta o pregão na modalidade eletrônica, ao tratar dos procedimentos, assim dispõe:

*Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública.*

*§ 1º O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.*

*§ 2º Poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam integrados à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias.*

*Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:*

*I – planejamento de contratação;*

*II – publicação do aviso do edital;*

*III – apresentação de propostas e de documentos de habilitação;*

*IV – abertura da sessão pública e envio de lances ou fase competitiva;*

*V – julgamento;*

*VI – habilitação;*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

### *Estado de Minas Gerais*

*VII – recursal;*

*VIII – adjudicação; e*

*IX – homologação.*

O Decreto Municipal nº 1.368/2020 disciplina ao tratar da adjudicação e da homologação, o que se segue:

*Art. 42 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 11.*

*Art. 43 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 15.*

Marçal Justen Filho, em sua abalizada doutrina, ensina que "a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no plano da conveniência", e, didaticamente, passa a explicar, *in verbis*:

*"Preliminarmente, examinam-se os atos praticados para verificar sua conformidade com a lei e o edital. Tratando-se de um juízo de legalidade, a autoridade não dispõe de competência discricionária. Verificando ter ocorrido nulidade, deverá adotar as providências adequadas a eliminar o defeito. A autoridade superior não pode substituir-se à Comissão, praticando atos em nome próprio, substitutivos daqueles viciados. A decretação da nulidade deverá ser proporcional à natureza e à extensão do vício. Apurando vício na classificação das propostas, a autoridade superior não poderá decretar a nulidade de toda a licitação. Será reaberta a oportunidade para a Comissão efetivar nova classificação. Concluindo pela validade dos atos integrantes do procedimento licitatório, a autoridade superior efetivará juízo de conveniência acerca da licitação. A extensão do juízo de conveniência contido na homologação depende do*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

### *Estado de Minas Gerais*

*conceito que se adote para adjudicação. (...) Se reconhecer a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, a autoridade superior deverá homologar o resultado. A homologação possui eficácia declaratória enquanto confirma a validade de todos os atos praticados no curso da licitação. Possui eficácia constitutiva enquanto proclama a conveniência da licitação e exaure a competência discricionária sobre esse tema."*

Portanto, a homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade com os atos até então praticados pela pregoeira. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados pela pregoeira e à conveniência de ser mantida a licitação.

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital. Sendo constatada alguma irregularidade, será considerada a natureza e extensão do vício. Nessas situações, recomendar-se-á a homologação, mediante saneamento de algum ato ou a eventual anulação do certame.

Dessa forma, concluindo-se pela homologação do certame, este parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

**Após análise detalhada do procedimento, verifica-se a observância às formalidades legais, não havendo nenhum vício insanável que pudesse macular o processo.**

Desta forma, esta Procuradoria opina pelo prosseguimento do certame com a remessa dos autos à autoridade competente para homologação.

Ressalta-se a necessidade do encaminhamento dos autos ao Controle Interno para emissão de parecer, bem como, após homologação do certame, que seja realizada a convocação das empresas vencedoras para que apresentem certidões fiscais atualizadas, no ato da assinatura do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**  
**Estado de Minas Gerais**

**III. CONCLUSÃO**

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica, verifica-se a presença dos requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Sarzedo/MG, 21 de setembro de 2023.

**Dr. Marco Túlio Batista Salomão**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/MG 134.482**